

PODE UM EMBAIXADOR NEGRO FALAR?

KOIFMAN, Fábio, *Raymundo de Souza Dantas: o primeiro embaixador brasileiro negro*. Salvador: Sagga Editora, 2021. 416 p.

Contextualizar e problematizar as repercussões, eivadas de racismo, à nomeação do primeiro embaixador negro brasileiro, em abril de 1961, para ocupar o posto recém-criado em Gana é o objetivo principal do livro de Fábio Koifman. Mas o livro vai além. Ele é organizado a partir de três fases da trajetória pública de Raymundo Souza Dantas, a saber: a vida difícil no interior de Sergipe de um negro semianalfabeto até os 18 anos e que conquistou mobilidade social ao migrar para o Sudeste; o jornalista, o escritor e o funcionário público que fez carreira no Rio de Janeiro e conseguiu notório reconhecimento; e a nomeação como embaixador do Brasil em Gana e sua experiência e memórias sobre esse tempo em África. O enfoque maior foi

dado ao escrutínio das repercussões da nomeação de Dantas como embaixador e isso corresponde ao próprio tamanho dos capítulos, sendo o quarto o maior deles, já que trata mais especificamente da terceira fase. Essas fases são desdobradas em seis capítulos.

Vale destacar que, mesmo tratando da trajetória de um personagem fascinante como Raymundo de Souza Dantas, Koifman não caiu na armadilha que ronda aqueles que se dedicam a estudar sujeitos históricos individuais, especialmente negros que romperam barreiras e conquistaram lugares de prestígio, que é tomá-los como heróis, donos de trajetórias lineares e predestinadas; ou, como exceção e caso extraordinário descolado da estrutura e de sis-

temas normativos; ou ainda, como frutos da meritocracia, como aquele que venceu e “chegou lá”.

Além disso, é uma linha de força do livro o cuidado em resgatar a historicidade dessa nomeação. Assim, Koifman destacou que, no Brasil, esse foi um momento marcado pela afirmação pelas elites (e pelo próprio Itamaraty) da democracia racial brasileira e da (suposta) ausência de racismo/discriminação racial no país, inclusive, pelo próprio Itamaraty. Em meados da década de 1950, por exemplo, um diretor da instituição, chegou a justificar a ausência de negros na carreira diplomática em função do racismo que existiria no exterior, o que seria difícil para uma pessoa negra enfrentar e a deixaria isolada, diante das atribuições que envolvem diálogos, presença em reuniões, em eventos etc. O racismo e a discriminação racial, portanto, eram deslocados para o exterior. O autor ainda mencionou a Lei Affonso Arinos (1951), que tornou a discriminação racial contravenção penal; e a mobilização do Movimento Negro e suas reivindicações. Já no contexto internacional, o autor enfatizou as tensões e polarizações advindas da Guerra

Fria, a descolonização da África e o julgamento do oficial nazista Adolf Eichmann, no Tribunal de Nuremberg.

O primeiro capítulo contempla as duas primeiras fases da trajetória pública de Raymundo de Souza Dantas, desde sua vida pobre no interior de Sergipe à partida para o Rio de Janeiro e alguns de seus contatos nessa cidade, seu processo de consolidação da alfabetização, as dificuldades e hesitações enfrentadas para se estabelecer no Rio de Janeiro e a sua mobilidade social à jornalista e escritor reconhecido e funcionário público.

O segundo, contextualiza alguns dos debates, posições e acontecimentos relacionados à questão racial na época, incluindo a sistemática afirmação da existência de uma democracia racial e negação da discriminação racial no Brasil pelas elites e intelectuais e as pautas do Movimento Negro, denunciando as variadas expressões do racismo e reivindicando o fim das barreiras de acesso a espaços de poder e direitos básicos.

No capítulo três, o autor investiu em tratar do contexto da chegada de Jânio Quadros à presidência, de Afonso Arinos de Mello Franco ao Ministério das Relações Exteriores e

das pistas sobre intenções, propostas e ambiguidades desse novo governo em torno de uma aproximação com os países africanos recém-independentes e as possibilidades de projeção nacional e internacional daí derivadas. Foi nesse contexto que Raymundo de Souza Dantas foi nomeado oficial de gabinete de Jânio – uma espécie de assessor estratégico para assuntos afro-brasileiros e africanos. Isso rendeu críticas e ataques tanto a Jânio quanto a Raymundo.

Já no quarto capítulo está concentrada a apresentação das críticas, ofensas, desgostos, resistências (e apoios – em menor medida) à nomeação, no dia 14 de abril de 1961, de Raymundo de Souza Dantas como embaixador do Brasil em Gana, e ao próprio Presidente Jânio Quadros, autor da nomeação. E aí também entraram as disputas políticas da época, afinal, Raymundo já tinha pertencido aos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Jânio recebia muitas críticas a sua política externa e uma forte oposição da esquerda. Tais críticas giraram em torno, em grande parte, dos supostos despreparo técnico para trabalhos diplomáticos e desconhecimento de

Raymundo sobre a África – o que não foi cobrado de outros embaixadores (brancos) nomeados por Jânio, inclusive, para o próprio continente africano, como Ruben Braga, escritor como Raymundo, e que assumiu o posto no Marrocos. Vale enfatizar que esses outros embaixadores, do mesmo modo que Raymundo, não tinham maior preparo técnico específico para o cargo.

As críticas também tinham como base o desgosto – e vinham especialmente de dentro do Itamaraty – com a nomeação de pessoas de fora da carreira diplomática, ainda que Raymundo tenha recebido um maior volume delas e várias de cunho pessoal e racista, em comparação aos outros embaixadores (brancos), nomeados na mesma leva que ele; a afirmação de que nomear um negro para um embaixada em Gana seria uma espécie de “racismo às avessas”; a defesa de que seria vexaminoso para o Brasil ter um representante diplomático negro no exterior, o que seria uma ameaça à nossa civilização, ou a como as elites queriam que os estrangeiros a compreendessem. Essas críticas ainda estiveram relacionadas a um debate público sobre a existência ou não de

uma democracia racial e da própria discriminação racial de negros e suas características no Brasil.

De todo modo, a nomeação de Raymundo de Souza Dantas foi tão atacada na imprensa que, segundo Koifman, “[...] precisou ser publicamente justificada e defendida [...]” (p. 234), inclusive pelo próprio Raymundo. A sabatina dele no Senado também indica que passou por constrangimentos maiores por ser negro. As críticas e os incômodos com a nomeação de Raymundo, de fato, parecem ter sido seletivos, se comparados às críticas e incômodos dirigidos aos outros nomeados, que tinham um perfil profissional semelhante ao dele, mas eram brancos e tiveram acesso à educação formal de modo mais sistemático e privilegiado.

Ao longo do livro e, especialmente, neste capítulo quatro, o autor optou por inserir muitas e longas citações de documentos, o que, por um lado, oferece ao leitor o contato direto com as vozes e o vocabulário da época e a comprovação embasada dos argumentos, mas, por outro lado, pode contribuir para “quebrar” o ritmo da leitura, especialmente para um leitor não especialista.

Os capítulos cinco e seis tratam respectivamente da experiência institucional de Raymundo como embaixador em Gana, marcada pela mudança da política externa do Governo Jango em relação ao interesse anterior, de Jânio Quadros, na aproximação com os países africanos recém-independentes; pelo consequente abandono – sem estrutura, recursos e pessoal suficientes – ao qual ele e o posto diplomático em Acra ficaram relegados; pelas dificuldades estruturais em estabelecer e consolidar um posto diplomático novo em um jovem país africano; pelo alto custo de vida em Acra; pelos entraves derivados de não dominar plenamente a língua inglesa; pela própria dificuldade trazida pelo fato de, em termos comerciais, Gana ser um competidor em relação ao Brasil, pois ambos eram exportadores de produtos primários. Mas, uma experiência também pela boa receptividade do Governo ganês, pela aproximação com os “retornados”, pela tentativa de estabelecer laços inéditos entre as duas margens diaspóricas do Atlântico e pelos variados diálogos que ele conseguiu construir como intelectual negro e embaixador do Brasil na África.

O livro traz algumas importantes contribuições à historiografia.

Uma delas é oferecer ao leitor uma pesquisa rigorosa e em um grande volume de fontes, identificando com precisão jornais, pessoas, datas, entidades, acontecimentos etc. O que tem como resultado um texto historiográfico *saturado, objetivado e manuseado*.¹ E é essa densidade da pesquisa que permitiu ao autor problematizar vários dos rumores baseados em “construções de memória” que foram naturalizados pela historiografia sobre Raymundo e sua atuação no campo das Relações Internacionais. Koifman desfaz tais rumores, evidenciando seus sentidos na época, entrecruzados, em parte, com expressões sutis – e outras nem tanto – do racismo ou, ainda, com os incômodos e esforços de homens brancos da elite para preservar suas posições dominantes e/ou o seu lugar de autoridade sobre determinados assuntos diante das nomeações de Raymundo no Governo de Jânio. Foi por meio dessa pesquisa que o autor deu ênfase ao cotejamento de algumas dessas versões incorporadas acriticamente pela historiografia, mas que, como ele comprovou, não passaram

1 Antoine Prost, *Doze lições sobre a História*, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

de rumores que tinham a intenção de confundir, disputar, dificultar tais nomeações.

Um desses rumores se refere às críticas do historiador José Honório Rodrigues a Jânio Quadros, acusando-o de “racismo às avessas”, ao indicar um negro para uma embaixada em um país africano, de maioria negra como Gana. Ainda que não tenha, como outros, desqualificado a inteligência e o cabedal intelectual de Raymundo, Rodrigues teria afirmado que ele não estava devidamente qualificado – como parece que considerava a si próprio - para assumir o posto naquela que foi a primeira embaixada brasileira na África. Koifman comprovou que a crítica ocorreu, mas foi direcionada à nomeação anterior de Raymundo por Jânio como seu assessor.

Outro rumor repetido na imprensa, e posteriormente incorporado pela historiografia, foi que o Governo de Gana teria demorado três meses a dar o “de acordo” à nomeação de Raymundo como embaixador porque não estaria em concordância com a indicação – supostamente em razão de ser um negro indicado para um país de maioria negra (e isso seria o tal “racismo às avessas”) – e que poderia

até recusá-la. Demora que foi comum – a até maior – em relação a outros embaixadores nomeados, e que não estava, no caso de Raymundo, relacionada a nenhuma discordância por parte do Presidente ganês.

Fábio Koifman evidenciou que tais rumores também foram plantados na imprensa por pessoas de dentro e de fora do Itamaraty para obstaculizar essa “incômoda” ou “inconveniente” nomeação, localizando o racismo nos ganenses, negros como Raymundo. De modo que, construía-se uma narrativa na qual brasileiros brancos e africanos ganenses estariam em consenso sobre uma percepção negativa quanto à nomeação de Raymundo. O que aponta para um investimento em buscar livrar os detratores brasileiros de Raymundo de qualquer associação com o racismo. Ora, concretamente, como demonstrou Koifman, as críticas à nomeação e à atuação de Raymundo como embaixador na imprensa comumente traziam qualificativos pejorativos ou depreciativos, por vezes, racializados e/ou racistas, ora mais sutis, ora mais explícitos, ora camuflados.

Ainda há outros dois rumores importantes de se destacar, pois

envolvem supostas afirmações do então Presidente de Gana, Kwame Nkrumah. O primeiro se refere ao fato de Nkrumah ter ficado desagradado com a nomeação de Raymundo e, por isso, demorado muito a receber as credenciais do novo embaixador, quando ele assumiu o posto em Acra. Entretanto, essa demora não ocorreu. Além do que, a recepção foi marcada por extraordinária demonstração de receptividade. O segundo rumor consolidado na historiografia corresponde a uma confidência que Nkrumah teria feito, impaciente e zangado, a um representante do Governo Brasileiro – identificado posteriormente por Koifman como tendo sido Cândido Mendes, o próprio autor-propagador do rumor –, na Conferência “O mundo sem bomba?”, realizada em Acra em junho de 1962. Nkrumah teria confidenciado que, se o Brasil queria provar que era mesmo uma democracia racial, deveria ter enviado o embaixador negro para países de maioria branca, como a Suécia. Ou seja, estaria inconformado com o “racismo às avessas” (supostamente) expresso na nomeação de Raymundo para embaixador em seu país. Koifman comprovou que tal confidência não

ocorreu e que Cândido Mendes sequer estava incumbido de funções de representação diplomática no tal evento. Eram boatos e versões plantados e repetidos na imprensa e em entrevistas, que davam voz àqueles que estavam indignados ou descontentes com a nomeação de um homem negro, de origem pobre e de fora da carreira diplomática para o disputado e prestigioso cargo de embaixador do Brasil. Afinal, o Itamaraty era um reduto reservado aos brancos e da elite. A verificação e a análise desses rumores realizada a partir de evidências é uma contribuição relevante para a historiografia.

Outra contribuição importante do livro é lançar luz, embora esse não seja o seu foco principal, sobre o quanto se pode, a partir da contextualização e da problematização empreendidas no livro, vislumbrar a rica experiência do que foi “fazer política” e construir a democracia entre 1945 e 1964. E, que a população negra, de forma geral, e o Movimento Negro, de modo específico, fazem parte dessa História. A despeito das forças que os acusavam de promover o racismo (supostamente inexistente) no Brasil quando faziam denúncias de

discriminação, criavam espaços racializados de organização, reivindicavam igualdade de fato e o acesso a espaços de poder, como a Escola de Oficiais do Exército e o Itamaraty. E fazem parte não como vítimas passivas, como por tanto tempo a historiografia afirmou. Como demonstrou Koifman, o Movimento Negro, como ator político, pressionava pela presença de negros nessas instituições de Estado, o que também influenciou as nomeações de Raymundo por Jânio Quadros.

A maior contribuição do livro de Koifman, entretanto, foi tirar do esquecimento o primeiro embaixador negro brasileiro. Tirar do silêncio nesse caso é tarefa urgente, na medida em que sujeitos como Raymundo de Souza Dantas passaram por uma dupla violência gerada pelo racismo: tanto em vida, desqualificado (racialmente, moralmente, intelectualmente etc.) em público, na tentativa de se interditar a sua enunciação como intelectual e embaixador; quanto após a morte, já que a ele foi negado, por meio do esquecimento, o direito ao passado, à História. Ainda que não seja objeto de uma reflexão mais aprofundada, ao terminar a leitura do livro, o silêncio a respeito de uma figura tão atuante

na esfera pública salta aos olhos. Na maior parte das fontes apresentadas por Koifman, Raymundo “não fala”, mas “é falado”, possivelmente para que não significasse para além dos sentidos (pejorativos) fixados sobre os negros na época. Silenciar aqui não significava necessariamente calar, mas dificultar que outros discursos sobre os negros fossem sustentados. “Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”.² Afinal, sabemos que no Brasil, a necromemória, ao interditar o passado e a História à população negra para além da escravidão, opera justamente para silenciar agências, projetos e protagonismos.³

Contudo, ainda na introdução, Koifman, cauteloso, adverte o leitor de que não se trata de uma biografia que abarca todo o tempo de vida de Raymundo, nem de uma análise

aprofundada sobre racismo ou sobre história do racismo no Brasil; nem tampouco um estudo voltado para a análise dos movimentos negros e sua atuação, ou ainda, para os detalhes e ambiguidades da política externa de Jânio Quadros. A advertência é pertinente, já que o próprio título do livro pode gerar tais expectativas, especialmente em relação a uma maior aproximação e aprofundamento das questões raciais e do protagonismo negro no Brasil. Assim, embora o livro traga inúmeras pistas e toque em temas estratégicos do campo de estudos históricos sobre do Pós-abolição,⁴ não se trata de uma pesquisa que aprofunda análise de tais temáticas.

2 Eni Orlandi, *As formas do silêncio*, Campinas: Unicamp, 2007, p. 73.

3 Vandelir Camilo, *Necromemória*, Rio de Janeiro: Afrodiálogos, 2022; Ana Flávia Magalhães Pinto, “Prefácio” in Vandelir Camilo, *Necromemória* (Rio de Janeiro: Afrodiálogos, 2022).

4 As pesquisas realizadas por historiadores sobre trajetórias de homens e mulheres negros no pós-abolição brasileiro vêm se ampliando substancialmente no Brasil desde o início dos anos 2000, tendo como seus marcos referenciais a renovação promovida pelos estudos sobre a escravização no Brasil nas décadas de 1980 e 90, a Lei 10.639/2003 e as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, de 2004. O próprio campo de estudos do pós-abolição, de lá para cá, se consolidou como uma especialidade e tem demonstrado o quanto a ausência e a invisibilidade da população negra, seja como sujeito histórico individual ou coletivo, é um problema historiográfico (e não histórico).

Nessa direção, outra contribuição – ainda que indireta – da obra *Raymundo de Souza Dantas: o primeiro embaixador brasileiro negro* é lançar pistas para uma agenda de temáticas a ser desdobrada a partir e em torno da trajetória e da atuação de Raymundo de Souza Dantas. Penso na forma, por exemplo, como o racismo (e por meio de que mecanismos) atingiu aqueles que, como Raymundo, conseguiram se inserir, rompendo e ocupando lugares de poder; como ele se moveu entre suas margens de autonomia e os constrangimentos do sistema normativo de dominação racial; como agenciou, individual e coletivamente, os seus interesses em meio ao campo de possibilidades que tinha ao seu alcance; como subverteu noções que o inferiorizavam e dialogou com as retóricas da modernidade, da cidadania e da democracia racial em seu tempo; como experimentou o clássico dilema da “dupla consciência”⁵ ou os processos de “[...] (re) construção do ‘ser’ a partir do lugar do ‘não ser’” vividos cotidianamente por pessoas negras

5 Paul Gilroy, *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*, Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

nas sociedades modernas.⁶ E mais: as relações de Raymundo de Souza Dantas com políticos e intelectuais brancos e negros no Brasil e em Gana; a sua intrigante passagem pelo PCB, a sua presença no Movimento Negro e sua aproximação de Jânio Quadros, e por extensão, da UDN e do conservadorismo que representavam. Sua relação com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com a Associação Brasileira de Escritores (ABDE), com o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, com o Teatro Experimental do Negro (TEN), com os “retornados” em Gana. Quais foram suas redes de sociabilidade, que certamente o sustentaram? Como (re) significou sua experiência em África e sua própria negritude após retornar ao Brasil? E por aí vai...

É um livro que suscita muitas questões. Tanto àqueles que, como eu,

6 Ana Flávia Magalhães Pinto, *Escritos de liberdade. Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*, Campinas: Editora Unicamp, 2018, p. 25. Nessa citação a autora está se referindo a perspectivas desenvolvidas por Sueli Carneiro e Thomas Holt. Cf. Sueli Carneiro, “A construção do outro como não ser como fundamento do ser”, Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005 e Thomas Holt, “Marking: race, race-making, and the writhing of History”, *The American Historical Review*, v. 100, n. 1, fev. (1995), pp. 1-20.

são pesquisadores atuantes no campo de estudos do Pós-Abolição, quanto àqueles dedicados ao campo das Relações Internacionais, ou ainda, aos demais interessados em compreender o racismo no Brasil. Um fenômeno estruturante na formação do Estado Brasileiro, erigido sob uma “ética do silêncio” combinada a um estratégico e profundo compromisso, “[...] que abarcava os sonhos de real igualdade ao mesmo tempo em que reafirmava preconceitos raciais [...]”, tornando-se “[...] uma zona de compromisso em que o preconceito profundo poderia existir sem provocar resistência política”.⁷ Isso acabou produzindo um “país racista sem racistas”. Logo,

sem tomar o racismo um dos eixos explicativos estruturantes, não há como compreendermos a História do Brasil em sua complexidade,⁸ bem como a necessidade de políticas para equidade e de reparação.

Afinal, não é mera coincidência – como o próprio autor mencionou – que somente após quase meio século da nomeação de Raymundo de Souza Dantas, outro homem negro tenha chegado ao posto de embaixador. E que, a despeito do programa de ação afirmativa implantado pelo Itamaraty em 2002 e das próprias cotas raciais, negros e negras ainda componham um pequeno quantitativo na carreira diplomática do Itamaraty. Algo que, no entanto, não é exclusividade dessa instituição de Estado no Brasil.

Carolina Dantas  

Fundação Oswaldo Cruz

doi: 10.9771/aa.v0i68.57661

7 Brodwyn Fisher, Keila Grinberg, Hebe Mattos, “Direito, silêncio e racialização das desigualdades na História afro-brasileira” in George Reid-Andrews e Alejandro de La Fuente (orgs.), *Estudos afro-latino-americanos, uma introdução* (Buenos Aires: CLACSO, 2018), p. 177.

8 Ynaê Lopes dos Santos, *Racismo brasileiro. Uma história da formação do país*, São Paulo: Todavia, 2022.